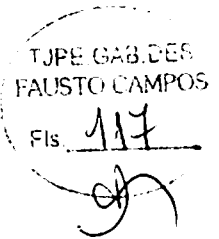




**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**



**Habeas Corpus n:** 0001433-40.2013.8.17.0000 (295.591-7)  
**Comarca:** Camaragibe  
**Juízo:** 2ª Vara Criminal  
**Impetrante:** Eduardo Henrique Lira Queiros dos Santos  
**Paciente:** Rogério Batista do Nascimento  
**Procuradora de Justiça:** Francisco Edilson Sá (por convocação)  
**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal  
**Relator:** Des. Fausto Campos

**EMENTA: HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. PREVENTIVA. REQUISITOS PRESENTES. ATRIBUTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. SÚM. 86 DO TJPE. PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. EXCESSO DE PRAZO. DEMORA NA OFERTA DE DEFESA PRELIMINAR. CONTRIBUIÇÃO. SÚM. 64 DO STJ. DENEGAÇÃO. UNÂNIME.**

1. A prisão cautelar teve escopo no vasto histórico de crimes atribuídos a quadrilha, na gravidade concreta dos delitos e na reiteração delitiva, avultando-se acertado o édito constritor, por escorado em fatos concretos, ínsito nos autos.
2. Demonstrada a necessidade da custódia, pela presença dos requisitos e pressupostos ensejadores da medida extrema, elencados nos arts. 311 e 312 do CPP, descabe substituí-la pelas medidas cautelares do art. 319, revelando-se irrelevantes eventuais atributos pessoais ostentados pelo Paciente, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, Súmula 86.
3. O benefício da prisão domiciliar do art. 117, III, da Lei de Execuções Penais é assegurado à condenada que tenha filho menor de idade ou deficiente físico ou mental, desde que já se encontre explando a pena no regime aberto, o que não é o caso do Paciente, pelo que impossível a concessão.
4. O início da instrução criminal foi postergado em face da demora da defesa em apresentar resposta à acusação, dessa forma, tendo a defesa dado causa ao retardo, dele não pode o réu auferir benesse, pois referido atraso no trâmite da ação penal não configura constrangimento ilegal a ensejar o relaxamento da custódia cautelar, ex vi da Súmula 64, do STJ.
5. Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

---

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figura como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada em 19/03.2013, à unanimidade, pelo conhecimento parcial da ordem e, na parte conhecida, pela denegação, nos termos do relatório, voto e demais peças que integram o julgado.

Recife, 21 de março de 2013.

**Des. Fausto Campos**  
**Relator**





113

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Habeas Corpus n: 0001433-40.2013.8.17.0000 (295.591-7)  
Comarca: Camaragibe  
Juízo: 2ª Vara Criminal  
Impetrante: Eduardo Henrique Lira Queiros dos Santos  
Paciente: Rogério Batista do Nascimento  
Procuradora de Justiça: Francisco Edilson Sá (por convocação)  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

**RELATÓRIO**

Impetrou-se *habeas corpus* em favor de **Rogério Batista do Nascimento**, denunciado por infração ao art. 157, § 2º, I e II c/c art. 288, ambos do Código Penal, nos autos do Proc. n. 0003466-38.2012.8.17.0420, em trâmite perante o Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe, indigitado coator.

A inicial alega ser o Paciente primário, de bons antecedentes e de conduta exemplar, com endereço certo e profissão definida, requisitos que ao sentir do Impetrante o credenciam ao benefício da liberdade provisória.

Aduz, ainda, que não há provas contra o Acusado no inquérito; que este não teve nenhum envolvimento com os fatos criminosos que lhe são imputados; que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que o Paciente suporta coação extralegal por excesso de prazo no curso da instrução processual, encontrando-se preso desde 24.08.2012, sem que tenha se iniciado a instrução criminal.

Pugna, por fim, pelo deferimento da concessão de prisão domiciliar com fundamento no art. 117, III da LEP, ao argumento de que é pai de dois filhos menores de idade.

A inicial foi instruída com documentos de fls. 09/42.

Pleito liminar indeferido (fl. 49). Informações requisitadas ao juízo primevo, que as prestou por ofício de fls. 59/60v, relatando o trâmite do feito.

Em parecer de fls. 74/78, o Procurador de Justiça, Dr. Francisco Edilson de Sá, opinou pela denegação da ordem.

Eis o que se impunha relatar.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

---

VOTO

O Paciente foi denunciado por integrar quadrilha especializada na subtração de motocicletas, cinquenta cilindradas, para vender nas cidades do interior do Estado. Recai sobre ele a acusação de fornecer a arma utilizada na prática dos delitos, em seu poder teriam sido encontradas três motocicletas roubadas e, inclusive, fora reconhecido por uma das vítimas do roubo.

A impetração pretende a concessão da ordem para por em liberdade o Paciente, a pretexto de que preenche os requisitos legais exigíveis à concessão da liberdade provisória.

O juiz de piso arrimou a prisão cautelar tendo em conta o vasto histórico de crimes atribuídos a quadrilha, na gravidade concreta e reiteração delitiva, avultando-se acertada a decisão constritora, vez que escorada em fatos concretos, insito nos autos, legitimando a custódia cautelar.

Em que pese os atributos pessoais favoráveis do Paciente é de se ver que este não faz jus à concessão da liberdade provisória, pois presente os requisitos autorizadores da prisão preventiva, a saber, o *fumus comissi delicti*, já que presentes indícios de autoria e materialidade, e o *periculum libertatis*, consubstanciado na garantia da ordem pública por haver notícias nos autos de que o Paciente integra quadrilha organizada especializada na subtração de motocicletas, como mencionado acima.

Demonstrada a necessidade da custódia, pela presença dos requisitos e pressupostos autorizadores da medida extrema, elencados nos arts. 311 e 312 do CPP, revelam-se irrelevantes eventuais atributos pessoais ostentados pelo Paciente, consoante iterativa jurisprudência desta Corte:

**"As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva". (Súmula 86)**

No que pertine à imposição de medidas cautelares diversas da prisão, sendo necessária a custódia constritiva torna-se impossível a imposição de tais medidas ante sua ineficácia. Assim, passo a analisar a concessão da prisão domiciliar, pleiteada.

A concessão de tal benefício é arrimada no fato de o Paciente possuir filhos menores de idade que ficam sob seus cuidados, cópias das certidões de nascimento dos menores às fls. 13/15.



114

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

Entretanto, não vislumbro, porém, como deferi-lhe a benesse do art. 117, III, da Lei de Execuções Penais, pois o benefício da prisão domiciliar é assegurado à condenada que tenha filho menor de idade ou deficiente físico ou mental, desde que já se encontre expiando a pena no regime aberto, o que não é o caso do Paciente, pelo que impossível a concessão.

Superados referidos pleitos, vez que imperiosa a constrição cautelar do Réu, cuido agora de analisar o excesso de prazo para o início da instrução penal aventado pela defesa.

Em 20.08.2012 foi decretada a prisão preventiva do Paciente, tendo sido efetivada em 24.08.2012. A denúncia foi recebida em 09.10.2012.

O Paciente pleiteou a liberdade provisória, que teve o parecer desfavorável pelo *Parquet*, com decisão denegatória do Juízo de piso ante a inexistência de fatos novos relevantes a modificação do decreto preventivo.

A Juíza primeva afirma que o processo encontra-se com vistas ao Defensor Público que patrocina a causa do Acusado Pedro Ricardo Lima da Silva para que apresente a defesa preliminar, quando então poderá designar audiência de instrução e julgamento.

Vê-se que se trata de feito complexo, com pluralidade de réus com patronos diferentes, o que demanda um lapso temporal maior no trâmite da ação penal. É de sabença que a aferição de excessiva dilação prazal exige mais que simples operação aritmética. Há que se examinar as minúcias do caso concreto e confrontá-las com o princípio da razoabilidade.

Inobstante as alegações da defesa de que há demora excessiva no início da instrução criminal, entendo que não lhe assiste razão pois, verifico que o retardo aventado está dentro do sítio da razoabilidade.

Não pode o magistrado atropelar a ordem processual dando início à instrução penal sem que tenha nos autos resposta à acusação de todos os Acusados. Não cabe a defesa auferir benesse de retardo que tenha causado, pois referido atraso na tramitação da ação penal não configura constrangimento ilegal apto a ensejar o relaxamento da custódia cautelar, ex vi da Súmula 64, do STJ:

***"Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo provocado pela defesa".***



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

---

Portanto, o feito tramita normalmente, ante a sua complexidade e pluralidade de réus, e as dilações indevidas decorrem da própria defesa, estando, assim, o lapso temporal transcorrido dentro do sítio da razoabilidade, pelo que não enxergo, por hora, constrangimento ilegal a ser sanado.

Por todo o exposto e na certeza de inexistir motivos capazes de permitir o alcance da tutela pretendida, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 19 de março de 2013.

**Des. Fausto Campos**  
**Relator**

